

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 530.618 - SP (2019/0259929-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **MARCOS ALEXANDRE PIO FERREIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ PIO FERREIRA - SP119934**  
: **MARCOS ALEXANDRE PIO FERREIRA - SP339736**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **WARLEY CARLOS DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de WARLEY CARLOS DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, em virtude da apreensão de "*cocaína, dividida em 208 invólucros individuais (ependorfs), com peso líquido aproximado de 129,7g, e 'Cannabis Sativa L.' vulgarmente conhecida como maconha, dividida em 136 porções individuais, com peso líquido aproximado de 245g*" (e-STJ fl. 144).

Irresignada, a defesa apelou, estando ainda pendente de apreciação o recurso defensivo.

Neste *writ*, sustentam os impetrantes que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o julgamento do recurso.

Aduzem que "*o eminente Desembargador TOLOZA NETO, que mantém o Paciente sob flagrante constrangimento ilegal porque, a despeito de ter recebido os autos com parecer, prontos para julgamento, em 2 de abril de 2019 – portanto, há mais de 4 (quatro) meses, ante aos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor*" (e-STJ fl. 3).

Requerem, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para expedir alvará de soltura em benefício da paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 204/206.

# Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas (e-STJ fls. 213/227 e 230/242).

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (e-STJ fls. 245/246).

É, em síntese, o relatório.

O pedido está prejudicado, pois, conforme informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, houve o julgamento do recurso de apelação em 3/10/2019, ocasião em que se deu provimento ao recurso para absolver o paciente da imputação da prática do delito de tráfico de drogas e se determinou a expedição de alvará de soltura em seu favor .

Desse modo, patente que a impetração está prejudicada, por perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator